

EDITORIAL

A publicação do segundo volume da revista “Economia e Região” é motivo de muito orgulho para o Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina, pois a revista está contribuindo para a discussão e divulgação de artigos científicos originais, focando temáticas regionais brasileiras.

No presente volume tivemos a colaboração de diversos autores, que abordam a questão regional no âmbito econômico, versando sobre questões como riqueza, impostos, inflação, gastos públicos em saúde, entre outros.

O primeiro artigo analisa e caracteriza os ricos no Rio Grande do Sul (RS) e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD), nos anos de 1992, 2002 e 2007. Os resultados apontam que maioria, eles são homens e estão concentrados na RMPA. Independentemente da classe de rendimento, os ricos possuem, no mínimo, a graduação completa, o que equivale a mais de 15 anos de estudo, e recebem mais de 20 salários mínimos mensais trabalham, habitualmente, mais horas semanais, justificando, de certa forma, sua maior renda.

O segundo artigo discute o comportamento da arrecadação *per capita* do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), no estado do Paraná, no período entre 1997-2011, com os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O estudo verifica a presença de clusters de arrecadação alta-alta e baixa-baixa. Os resultados demonstram que no período de 2005-2011, observou-se aumento da concentração de municípios no entorno da mesorregião Metropolitana de Curitiba no padrão de agrupamento alto-alto e que a LRF não afetou os clusters de baixa arrecadação.

O terceiro artigo avalia e estima a carga tributária indireta sobre os alimentos para dez estratos de renda selecionados, tomando como base a renda e a despesa total das famílias da região Sul do Brasil. Os resultados mostram que a carga tributária indireta sobre os alimentos na região Sul do Brasil é regressiva quando levada em consideração a renda e a despesa das famílias e que o imposto que mais contribui para essa característica da tributação indireta sobre os alimentos é o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O quarto artigo discute o PIB (Produto Interno Bruto) Verde enquanto medida de sustentabilidade de uma agroindústria sucroalcooleira localizada na região central do Paraná, analisando sua evolução de 2007 a 2011. Verificou-se que a depleção dos recursos hídricos e a degradação ambiental da agroindústria em estudo mostraram tendência crescente e, conseqüentemente, o PIB Verde mostrou-se menor do que o PIB convencional. Isso retrata a perda de sustentabilidade da atividade desta

agroindústria.

O quinto artigo analisa os gastos com saúde pública e o indicador de qualidade de saúde dos municípios paranaenses de Londrina, Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu, localizadas no estado do Paraná no período de 2000 a 2011. Os autores verificam que, após a implementação do “Pacto pela Saúde”, Londrina apresenta, em média, um crescimento superior na participação dos gastos públicos com saúde, comparado aos municípios de Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu.

O sexto artigo aborda a questão da necessidade da reforma tributária e as barreiras à sua implantação no Brasil, à luz da teoria da escolha pública. Após realizar a revisão de literatura que trata das falhas de governo, da teoria da escolha pública e da teoria da tributação ótima, os autores encontram evidências e estudos que mostram que existem motivos para pensar em um sistema tributário mais coerente com a realidade brasileira, indicando a existência de falhas de governo, que pode ser a provável causa de impedimento da reforma tributária.

O sétimo artigo discute aspectos teóricos e institucionais do regime de metas de inflação com foco na experiência brasileira durante o período 2002-2008. O autor verifica empiricamente o mecanismo de transmissão da política monetária, de forma a compreender como, através do comprometimento da política econômica com o regime de metas, automaticamente todas as demais variáveis macroeconômicas chaves são estabilizadas, conduzindo a um equilíbrio dinâmico da economia. O estudo também constata a estrutura a termo da taxa de juro no período.

O oitavo artigo avalia mudança na localização e redistribuição espacial das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil em 1985 e 2010. Os autores utilizam métodos de análise regional e constatam que há diferenças no padrão espacial de cada atividade no período estudado. Os resultados do coeficiente de redistribuição indicaram que as atividades de extração mineral, agricultura, indústrias dinâmicas e indústrias tradicionais foram as que mais se redistribuíram espacialmente no período entre as regiões brasileiras.

Agradecemos aos autores que nos enviaram seus trabalhos e desejamos uma boa leitura a todos!

Marcia Regina Gabardo da Camara

Editora Chefe

Rossana Lott Rodrigues

Editora